



Dia do Trabalho, dia de protestos

O Primeiro de Maio é internacionalmente dedicado à celebração do Dia do Trabalho e do Trabalhador. Com as sucessivas crises financeiras nos países desenvolvidos, que já provocaram, apenas nos últimos meses na Europa, a perda de 50 milhões de empregos, a data voltou a ser representativa de protestos e de luta, um retorno à origem da escolha desse dia para marcar o movimento em favor de melhores salários e da garantia de direitos mínimos para aqueles que, donos da força de trabalho, são os principais responsáveis pela produção de riquezas e de bem-estar. No Brasil, a data levou centenas de milhares de trabalhadores às ruas das Capitais num coro de reivindicações que teve como palavras de ordem a ampliação das políticas sociais, a manutenção do sistema de unicidade sindical, da contribuição sindical e da adoção de medidas de combate à desindustrialização. Ao final, uma constatação para os trabalhadores de todos os países industrializados: há muito pouco o que comemorar. **Páginas 4 e 5**

Uma crise que
não é nossa
Página 3

Fecosul realiza
seu 9º Congresso
Página 6

Entrevista com
Luiz Carlos Motta
Página 7

Demissões crescem
em Pernambuco
Página 8

Notas

CNTC defende função exclusiva para Caixas

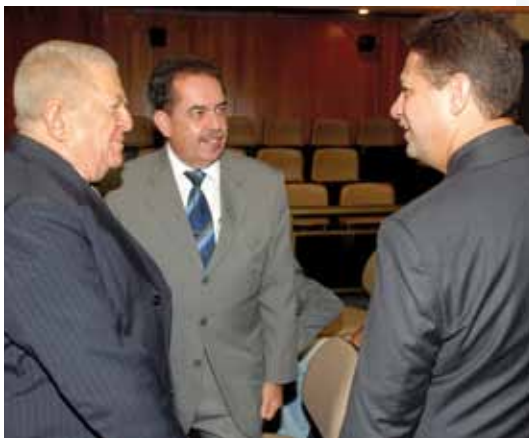


O Vice-Presidente da CNTC, Vicente da Silva (foto), defendeu em Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 353/11, de autoria do Deputado Vicentinho (PT-SP), que proíbe o Operador de Caixa de supermercados de exercer ao mesmo tempo a função de Empacotador. O texto obriga ainda o estabelecimento a colocar à disposição dos consumidores um serviço de empacotamento.

Segundo Vicente da Silva, o comércio, que emprega a categoria mais numerosa do País, tem o maior número de problemas exatamente no setor de supermercados. Ele mencionou as más condições de trabalho como um grave problema para a categoria, gerando agravos de saúde aos trabalhadores. "O trabalho de supermercado é tão sacrificado que não atrai mais os profissionais", disse ele, que citou ainda a importância da função de Empacotador, que proporciona novos empregos e permite o ingresso de jovens na profissão de Comerciante.

Os participantes da Audiência Pública criticaram as condições adversas de trabalho nos supermercados, onde é comum o excesso de horas trabalhadas, defenderam a redução da carga horária para 40 horas semanais e criticaram a Norma Regulamentadora (NR) 17 por não atender a todas as necessidades de saúde dos trabalhadores. Pediram ainda tratamento diferenciado para microempresas e defenderam a normatização e certificação aplicadas ao comércio.

Goiânia concede cidadania a Ageu Cavalcante Lemos



Nascido em Corrente, no Piauí, mas com toda a carreira profissional desenvolvida em Goiás, o Diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários da CNTC, Ageu Cavalcante Lemos, se tornou, em abril, o mais novo Cidadão Honorário de Goiânia (foto), cidade que o acolheu ainda na juventude e que ele representou, na Câmara dos Vereadores, por cinco mandatos consecutivos, de 1983 a 2004. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados do Petróleo de Goiás e delegado da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, Ageu Cavalcante Lemos é formado em Direito pela Faculdade Anhanguera e tem cursos de especialização em Negociação Coletiva no Brasil, México e Estados Unidos. Secretário de Estado do Trabalho de Goiás no governo Alcides Rodrigues e Assessor Especial do Gabinete do Governador Marconi Perillo, ele recebeu o título na Câmara dos Vereadores de Goiânia por iniciativa do Vereador Pedro Azulão Júnior, do PSB. O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, e o Diretor-Secretário, Lourival Figueiredo Melo, participaram da solenidade em Goiânia.

Rede Globo acata protesto da Fenassec

A Federação Nacional das Secretárias e Secretários (Fenassec) enviou contestação à Rede Globo em defesa do título profissional dos Secretários. Segundo a entidade, associada à CNTC, a novela Cheias de Charme, veiculada às 19h, de segunda a sábado, teria errado ao intitular as profissionais Domésticas de Secretárias do Lar. A trama, estreada na TV no dia 16 de abril, traz em seu enredo histórias e lições de vida de três empregadas domésticas, interpretadas por Tais Araújo, Leandra Leal e Isabelle Drummond.

A Fenassec enviou carta à Rede Globo solicitando a mudança do termo, pois ambas as profissões exercem atividades diferentes. "O Secretário é gestor de pessoas, está centrado no cliente, domina a tecnologia da informação, além de outros idiomas, entende e participa das metas e diretrizes das empresas e assessora os responsáveis pelos centros decisórios de qualquer organização. Já o empregado doméstico atua em residências e tem como perfil preparar refeições e prestar assistência às pessoas, cuidando de peças do vestuário como roupas e sapatos e colaboram na administração da casa. Além de fazer faxina," explica um trecho da carta.

Após análise da nota, diretores da novela acataram o pedido e substituíram o termo. Segundo a emissora, o objetivo dos autores na novela em usar o termo Secretárias do Lar não é desmerecer as funções de Secretariado, mas usar o ofício como uma forma de enaltecer o trabalho das empregadas domésticas. Ainda de acordo com a emissora, mal comparando é como chamar "árbitro de futebol" de "juiz" ou "técnico de futebol" de "professor".

Veja o que diz a ementa dos profissionais de Secretariado, lei 9261/96: Enquadram na regulamentação, em vigor há mais de 26 anos, somente os técnicos em Secretariado (profissionais de nível médio em Secretariado) e os Secretários Executivos (portadores de graduação/bacharelado). Igualmente as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Secretariado Executivo (Resolução 03/2005, do CNE) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO do MTE) se reportam, em grupos específicos, unicamente aos técnicos em Secretariado e aos Secretários Executivos.

Palavra do Presidente

O Brasil ainda resiste, de crise em crise

Acompanhamos, com preocupação, o desenrolar de uma crise internacional que a cada dia prenuncia tempos mais difíceis no campo econômico-financeiro, com seus inevitáveis reflexos sobre os trabalhadores. Os países desenvolvidos, e seu modelo capitalista concentrador de recursos e de normas que julgavam suficientes para manter seu padrão de vida e de crescimento, enveredaram por um campo minado desde a eclosão da crise asiática de 1997, que abalou mercados e reduziu o grau de confiança nesse modelo imposto no pós-Guerra. Os países em desenvolvimento foram os primeiros a sentir os efeitos maléficos da redução de capitais e de mercados.

Em tempos de mercados globais, o que se apresentava ao mundo, em princípio, como uma crise regional, iniciada na Tailândia com o colapso financeiro da moeda local, o Thai baht, arrastou em seguida todo o Sudeste Asiático, o Japão, desvalorizou mercados, pulverizou reservas e entrou para a história como a primeira grande crise dos mercados globalizados. A crise financeira asiática expôs, também, a fragilidade do sistema neoliberal e dos mercados sem regulamentação, produziu mais miséria nos países periféricos e mais desemprego onde mais se necessitava deles. A crise desestabilizou nossa economia, expôs nossa fragilidade econômica, levou a Argentina à lona e produziu abalos fortes no Mercosul.

Quando se acreditava que os efeitos da crise asiática levariam à construção de um novo modelo econômico internacional, os mercados voltaram suas garras para os países em desenvolvimento, exigindo de nós mais sacrifícios, mais privatizações e o aprofundamento do mesmo receituário que levou o mercado mundial à sua primeira crise sistêmica.

Instabilidade – O abalo seguinte, desta vez provocado pela chamada crise do subprime nos Estados Unidos e na Inglaterra, em 2008, é filho da primeira e irmão da atual insolvência em cascata que arrasta importantes economias europeias e põe em alerta o sistema financeiro internacional. Nessas três crises, ficam subjacentes as motivações e exposto o receituário que vai alimentar o ciclo de instabilidade de nossas economias: os países desenvolvidos se alimentaram dos recursos retirados dos países em desenvolvimento com a hegemonia da ideologia neoliberal vigente nas décadas de 80 e 90, gastaram sem critérios, engordaram os lucros das grandes corporações, amealharam lucros exorbitantes no setor bancário e, ao final dessas três grandes crises, socializaram o prejuízo com a desculpa singela de que se tratavam de crises sistêmicas.

Na debãcle da Ásia, perderam-se empregos em todo o mundo, investimentos e ativos. Na crise de 2008, gerada pelo capital especulativo e pela

ciranda de lucros fáceis do mercado imobiliário, foram gastos 1 trilhão de dólares dos contribuintes norte-americanos para recompor os prejuízos dos bancos e das grandes corporações. A conta, ao final, foi paga duplamente por aqueles que, ao final, eram as verdadeiras vítimas da especulação: os próprios contribuintes e trabalhadores, que perderam suas casas e ainda viram seus impostos serem canalizados para recompor o capital de especulação.

O filme se repete agora na Europa, com o mesmo receituário cruel: redução de investimentos públicos, cortes nos salários e nas aposentadorias, supressão de direitos trabalhistas, desemprego e arrocho fiscal. E, de novo, o mesmo discurso de crise sistêmica e de socialização do prejuízo, com a tentativa de ressuscitar o moribundo FMI.

Uma coisa está bastante clara, Senhores: nós, brasileiros, não podemos mais continuar a pagar a conta do descontrole dos países ricos. Essa é a posição do movimento sindical, dos empresários e do

Governo Federal, expressa pela presidente Dilma Rousseff na última semana, na França, durante sua participação na reunião do G-20. É preciso responsabilizar os países desenvolvidos pela desaceleração econômica nos países emergentes e cobrar dos líderes europeus uma solução que não prejudique as economias em desenvolvimento.

Contaminação – Não só os países desenvolvidos estão sofrendo pressões nas suas taxas de crescimento, mas também os países emergentes – foi esse o recado da Presidente Dilma na reunião. É bom lembrar que o Brasil fechou 2011 com um crescimento de 2,7% do PIB, contra 7,5% em 2010, num claro sinal de que essas sucessivas crises que vêm dos países ricos já comprometem nossas contas e nosso crescimento.

Barreiras protecionistas adotadas pelas grandes potências econômicas prejudicam nossas exportações. Políticas irreais de câmbio e artifícios de proteção encarecem nossos produtos no mercado externo e reduzem nossa capacidade de produção. É bom lembrar, também, que essa mesma política cambial, adotada pela China, enfraquece nossa posição no cenário internacional e inunda nosso mercado interno de produtos que tiram o emprego dos brasileiros.

O Brasil tem feito sua parte e cumprido com suas obrigações. Tem crescido de forma sustentável, mantido seu equilíbrio fiscal, tem uma estrutura fiscal sólida e alcançou, com as políticas públicas colocadas em marcha pelo Governo do Presidente Lula, mantidas pela Presidente Dilma, uma âncora social que já nos permitiu superar,



Levi Fernandes Pinto

sem traumas, a tormenta financeira de 2008. Já somos a sexta economia mundial e ainda temos pressa para crescer e dívidas sociais históricas para saldar.

É hora, portanto, de dizer um basta, porque não pode recair sobre os trabalhadores brasileiros a ortodoxia do controle monetário para superar uma crise que não é nossa.

Regulamentação – Sofremos ainda, internamente, as nossas próprias contradições. Estamos a caminho da regulamentação da nossa profissão de Comerciantes. Não faz nenhum sentido que somente agora, mais de 500 anos após nossa colonização, estejamos próximos do reconhecimento de nossos direitos mínimos de atuação. Tivemos que negociar muito, quase todo o tempo sob pressão da classe patronal, para chegar nessa etapa do processo de regulamentação, que se não é a ideal, pelo menos é a possível.

Superada essa etapa, vamos continuar aprofundando nossas discussões para buscar novos avanços. Nossa luta é passo a passo. A CNTC não vai abrir mão de seu papel de protagonista na defesa dos direitos dos Comerciantes brasileiros, assim como da defesa dos direitos do movimento sindical consagrados pela Constituição de 1988, que são os da unicidade, da contribuição e da autonomia sindicais.

Nossas condições de trabalho ainda são preocupantes no tocante às doenças profissionais, ao banco de horas - que rouba da companhia e do companheiro Comerciante a convivência com a família -, e ao excesso da jornada de trabalho. Em alguns setores, o desrespeito às condições de trabalho ainda beiram o ultraje. Mesmo nós, com a experiência de anos na luta sindical, ainda nos surpreendemos com essa dura realidade do trabalhador.

O Rio Grande do Sul é um dos berços do trabalhismo brasileiro. Aqui se forjou o maior de todos os defensores do trabalhador no nosso país, o Presidente Getúlio Vargas. Com ele obtivemos nossas maiores conquistas. Com ele, demos um salto à frente na conquista de nossos direitos como trabalhadores.

Mas ainda há muito o que superar. Ainda teremos um longo caminho pela frente. Somente unidos vamos construir um Brasil mais justo.

Não só os países desenvolvidos estão sofrendo pressões nas suas taxas de crescimento, mas também os países emergentes

Nós, brasileiros, não podemos mais continuar a pagar a conta do descontrole dos países ricos

Maio é o mês em que os trabalhadores saem às ruas em todo o mundo para protestos e reivindicações. A data, dia 1º do mês, consta do calendário internacional. O Dia Internacional do Trabalho, dedicado aos trabalhadores, é comemorado anualmente no dia 1º de maio em vários países, sendo feriado, entre outros, no Brasil, em Portugal, França e Rússia. A data escolhida para celebrações, desfiles, passeatas, eventos reivindicatórios e festas em homenagem às conquistas e lutas dos trabalhadores é incentivada em cada país de um modo peculiar, e geralmente aspira melhorias para a classe trabalhadora. Quando se trata de um tema tão importante quanto esse, é relevante lembrar um pouco como tudo começou.

A história do Dia Mundial do Trabalho teve início em 1º de maio de 1886, quando cerca de 500 mil manifestantes foram às ruas de Chicago, um dos principais polos industriais dos Estados Unidos, reivindicar os direitos trabalhistas. A bandeira prioritária era a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Desde a Revolução Industrial, cerca de cem anos antes, a classe trabalhadora sofria com condições precárias, provocadas também pela introdução das primeiras máquinas no ambiente de trabalho. Dessa maneira, os trabalhadores eram explorados com baixos salários e uma carga horária longa.

O movimento de 1886 acarretou mortes e nenhum resultado. Contudo, os operários não desistiram, iniciaram uma greve e, três dias depois, retornaram à manifestação e novamente não obtiveram sucesso: milhares de trabalhadores foram presos, sedes de sindicatos incendiadas e residências de operários foram invadidas e saqueadas. Desde então desencadearam um longo processo de luta em todo o mundo. Alguns anos mais tarde, em 1889, um congresso operário influenciado pelo ideário do filósofo alemão Karl Marx se reuniu em Paris e decretou o dia 1º de maio, em respeito ao acontecimento nos EUA, o Dia Internacional do Trabalhador. A redução da jornada de trabalho, porém, ocorreu apenas um ano depois, em 1890.

A luta no Brasil começou com os primeiros trabalhadores europeus que desembarcaram no país, trazendo da Europa ideias de revoltas anarquistas. Eles mostraram aos brasileiros a importância de os operários se organizarem para resistir à opressão dos patrões. O Estado de São Paulo foi o berço para as primeiras contestações. As condições de trabalho nas fazendas

Maio: mês de lutas, protestos e reivindicações



Chicago, 1886: operários americanos saem às ruas reivindicando melhorias no trabalho. São Paulo, 2012: mais um dia de protestos pela redução da jornada de trabalho, fim do fator previdenciário e luta contra a desindustrialização provocada por mais uma crise econômica internacional

Conheça a agenda trabalhista no Congresso Nacional



Fator Previdenciário – O projeto pretende criar a fórmula 85/95 para as aposentadorias com o critério de que a soma de idade do contribuinte e o tempo de contribuição deve ser de 85 anos para mulheres e de 95 para homens. Se aprovada na Câmara com modificações, a matéria retorna para o Senado.



PEC 369/2005 – A proposta institui a contribuição de negociação coletiva, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação para os servidores da Administração Pública; acaba com a unidade sindical; incentiva a arbitragem para solução dos conflitos trabalhistas e amplia o alcance da substituição processual. A matéria tramita em regime especial na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), sob a relatoria do deputado Moreira Mendes (PPS/RO), que apresentou parecer favorável. Se aprovada, a proposta será analisada em Comissão Especial por 40 sessões.



Reclamação na Justiça do Trabalho – O PL 948/11, do deputado Laércio Oliveira (PR/SE), tem a finalidade de impedir que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho qualquer direito trabalhista que não tenha sido expressamente ressaltado no momento da rescisão contratual. O relator, deputado

Sandro Mabel (PR/GO), apresentou parecer em março pela aprovação na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).



Simples Trabalhista – O PL 951/11, do deputado Júlio Delgado (PSB/MG), consiste em flexibilizar os direitos trabalhistas dos empregados de pequenas e microempresas, com redução dos encargos e custos da contratação, mediante acordo ou convenção coletiva específica ou, ainda, por negociação direta entre empregado e empregador, que terão prevalência sobre qualquer norma legal. A matéria está em discussão na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, cujo relator é o deputado Jorge Corte Real (PTB/PE). O projeto é prioridade da bancada empresarial na Casa e aguarda realização de audiência pública na Comissão.



Código Trabalhista – O PL 1.463/11, do deputado Sílvio Costa (PTB/PE), institui o Código do Trabalhador, que garante direitos mínimos aos trabalhadores, tornando a composição entre as partes como reguladora das relações laborais. A matéria também trata da terceirização, da organização sindical e do financiamento das entidades sindicais, do direito de greve e do processo de negociação, individual ou

coletiva, além dos quóruns e penalidades na hipótese de descumprimentos previstos. O Código, na prática, desmonta o direito do trabalho, que no Brasil é norma de ordem pública e caráter irrenunciável. Atualmente o projeto aguarda constituição de uma comissão especial para analisar a matéria na Câmara.



Terceirização do Trabalho – A proposta, criada por comissão especial, trata sobre a regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil. A avaliação do PL, 4.330/2004, tem a presidência do deputado Sandro Mabel (PR-GO). O objetivo da matéria é elaborar estudos e formular propostas que garantam ao setor produtivo e o setor laboral a segurança jurídica necessária para o desenvolvimento da economia e geração de emprego no País. Ou seja, uma proposta de consenso entre trabalhadores, empresários e governo. A matéria, que estava sob a relatoria do deputado Reinaldo Betão (PL-RJ), já foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Econômico e de Trabalho. Agora, o texto segue para exame da Comissão de Constituição e Justiça, onde foi designado como relator o deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA). São 28 proposições que tratam sobre o tema. Destas, três estão tramitando no Senado Federal.



Atividade de caixas de supermercado – PL 353/11, do deputado Vicentinho (PT-SP), visa proibir o caixa de supermercado de exercer ao mesmo tempo a função de empacotador. A matéria obriga ainda o estabelecimento a colocar à disposição dos consumidores um serviço de empacotamento. Caso contrário, segundo a proposta, a multa será de 500 Ufirs (pouco mais de R\$ 500) por empregado encontrado acumulando as funções e, em caso de reincidência, o valor será dobrado. Atualmente o texto segue em tramitação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, sob a relatoria do deputado Guilherme Campos.



PL 130/2011 – Projeto apresentado pelo deputado Antonio Bulhões (PRB-SP) que: "Altera a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para que famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a meio salário mínimo possam fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Eventuais". Institui elevar de ¼ para meio salário mínimo, per capita, o teto para a percepção do benefício. Além da mesma elevação para os benefícios eventuais, que têm relação com o pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias carentes. Atualmente o texto segue em tramitação na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP).



PL 273/2011 – Matéria apresentada pelo deputado Assis Melo (PCdoB/RS) responsabiliza as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente pelo material de trabalho e as obriga a lavarem os uniformes de seus empregados. De acordo com o texto, as empresas poderão realizar diretamente a lavagem dos uniformes ou contratar serviços de terceiros, desde que o tratamento dos efluentes resultantes da lavagem obedeça à legislação vigente de proteção ao meio ambiente. As organizações que deixarem de cumprir o estabelecido nesta Lei ficarão sujeitas à aplicação de penalidades na forma que dispuser o seu regulamento. São considerados nocivos ao meio ambiente, segundo o texto, os produtos que, como resultado da lavagem dos uniformes, criarem efluentes poluidores, que não podem ser lançados em corpos de água, canalizações públicas e privadas. O projeto segue em regime de tramitação ordinária na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP), com proposição sujeita à apreciação do plenário.



PL 985/211 – Projeto do deputado Assis Melo (PCdoB-RS) "Revoga dispositivo da Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte e dá outras

providências, para isentar o empregado de participação nos custos desse benefício," está no Plenário da Câmara dos Deputados para votação. A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões – At.24 II. O texto, apensado ao PL 6851/2010, segue em regime de tramitação prioritária na Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público (CTASP).



PL 1362/2011 – Esse projeto, também do deputado Assis Melo (PCdoB-RS), foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados. A ementa altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para instituir, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, o auxílio-temporário a ser concedido a mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O benefício será pago pelo prazo máximo de seis meses, período no qual a seguradora empregada será considerada como licenciada do trabalho. De acordo com a proposta, a renda mensal dessa empregada corresponderá a 91% do salário de benefício, sendo vedada a acumulação com qualquer outro benefício previdenciário. A matéria foi aprovada pelo plenário acompanhando voto da relatora Jô Moraes e o texto segue agora em tramitação ordinária.

Arquivo

eram péssimas, fazendo o governo italiano proibir a imigração para o Brasil. As bandeiras vermelhas e pretas do anarquismo começaram a entrar em cena nos movimentos reivindicatórios e, em 1917, houve uma greve geral e comícios contra a Primeira Guerra Mundial e o serviço militar obrigatório.

Na Era Vargas, na década de 30, o ex-presidente Getúlio Vargas trouxe um olhar diferenciado ao dia 1º de maio. Através de propagandas trabalhistas, Vargas tornou o Dia do Trabalhador uma data para festejos e celebrações. O governo também passou a usar a ocasião para fazer discursos públicos onde anunciava as principais leis e mudanças que atendiam os trabalhadores. O salário mínimo foi fixado também no dia 1º de maio de 1940. Cerca de um ano depois, em 1941, em mais uma conquista para os trabalhadores, foi criada a Justiça do Trabalho, que sustenta a ideia de ações de direitos trabalhistas, como greves, representação sindical e indenização por dano moral ou patrimonial, dentre outros.

Nos últimos anos o feriado de 1º de maio tem sido marcado por grandes protestos, principalmente por melhores salários. Nos dois últimos anos, manifestantes de países da Europa, como Turquia, Espanha, Alemanha, Portugal e vários outros, saíram às ruas fazendo reivindicações às autoridades quanto às questões trabalhistas, especialmente o desemprego, que atingiu em grande demanda os países europeus em razão da crise econômica. O sindicato dos trabalhadores da Grécia – país que luta contra o forte endividamento público e colocou em prática medidas de arrocho determinadas pelas lideranças europeias como exigência para permanecer na Zona do Euro –, foi às ruas protestar contra o governo grego. Já em Taiwan, cerca de 2 mil pessoas foram protestar contra a diferença de rendas e exigiram que o governo criasse melhores condições de trabalho. Nos Estados Unidos o Dia do Trabalhador celebra-se na primeira segunda-feira de setembro, sendo feriado nacional no país.

Neste ano também foram realizadas várias mobilizações em todos os estados do Brasil, coordenadas pelas centrais sindicais. Neste 2012, as bandeiras de lutas serão a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários; a reforma agrária; a valorização do serviço público e do trabalhador do serviço público; a continuidade do processo de redução da taxa de juros; o fim do fator previdenciário, a valorização das aposentadorias e a luta contra a desindustrialização.

Diretoria da CNTC participa de Congresso da Fecosul

Presidente anuncia em Torres, no Rio Grande do Sul, criação de Coordenadoria de Mulheres na Confederação



Levi: compromisso com as Comerciarías

O Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Levi Fernandes Pinto, o Diretor-Secretário, Lourival Figueiredo Melo, o Diretor de Assuntos Legislativos, José Francisco Pantoja; o 2º Secretário da CNTC, Idelmar da Mota Lima, e o Assessor Jurídico da Presidência da CNTC, Célio Rodrigues Neves, participaram do 9º Congresso dos Trabalhadores no Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul, no Hotel Sesc em Torres, cidade localizada a 250km de Porto Alegre. O evento, promovido pela Fecosul nos dias 19, 20 e 21 de abril, recebeu a presença de mais de 250 delegados sindicais e Comerciarías de todo o estado

O congresso foi aberto pelo Presidente da Fecosul e também Diretor de Assuntos Internacionais da CNTC, Guiomar Vidor, que saudou a todos lembrando a importância de uma participação ativa dos sindicatos para que avancem na defesa dos direitos e conquistas dos Comerciarías. A crise do capitalismo e seus reflexos na economia brasileira, a agenda da classe trabalhadora, os desafios do movimento sindical e as mudanças e obstáculos nas negociações coletivas no setor de comércio e serviços foram alguns dos temas debatidos entre representantes sindicais no congresso. Cada delegado sindical, nas plenárias, teve três minutos para se manifestar, propondo ações para a economia brasileira e as formas que os sindicatos poderiam ajudar nessa luta.

Compromisso – O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto, pela primeira vez no congresso da Fecosul, classificou o evento como um marco para a Federação. “Este encontro é

de suma importância para nossa luta. A Fecosul é uma Federação que luta há muitos anos ao lado da CNTC em defesa dos Comerciarías. As reflexões e decisões tomadas em eventos como o 9º Congresso são preciosas para atender a categoria”, disse Levi.

Durante a cerimônia de abertura, Levi Fernandes Pinto reafirmou o compromisso com a criação de uma Coordenadoria de Mulheres dentro da CNTC. “Já no próximo mês estaremos chamando todas as Federações que

para os Comerciarías. A proposta de regulamentação da profissão que está tramitando no Congresso Nacional não é exatamente aquela que a categoria deseja, mas, sim, a que é possível de ser feita”, explicou ele.

Projetos – O deputado federal Assis Melo (PCdoB-RS) apresentou iniciativas legislativas de sua autoria que estão tramitando no Congresso Nacional. Entre elas, uma de regulamentação da profissão de Comerciarío, com a remuneração-base de dois salários-

da Fecosul; Idelmar de Mota Lima, Presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Mato Grosso do Sul (Fetacom - MS); Levi Fernandes Pinto, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC); Lourival Figueiredo Melo, Diretor-Secretário da CNTC; Assis Melo, Deputado Federal do PCdoB RS; o Secretário-Geral da Central dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CTB/RS); Henrique Fermiano da Silva; Sérgio Neves, representante

Fotos Fecosul



Congresso em Torres reuniu 250 delegados e Diretoria da CNTC para discutir os desafios do movimento sindical

possuam Coordenadoria de Mulheres para que juntos possamos, a partir de então, criar um modelo dentro da CNTC. Hoje, a mulher, como foi citado aqui por vários companheiros, é maioria no mercado de trabalho, não só no comércio, mas em todas as outras áreas de atuação. Então é de extrema importância que se tenha esse núcleo para que possamos ouvir as reivindicações das trabalhadoras e juntos possamos decidimos o melhor”, explicou o Presidente da CNTC.

A «Agenda da Classe Trabalhadora e Desafios do Movimento Sindical» foi um dos temas de repercussão durante o congresso. O Diretor de Assuntos Legislativos da CNTC, José Francisco Pantoja Pereira, ressaltou a importância da profissionalização do Comerciarío, o que, segundo ele, depende também do apoio dos empresários do setor. “Queremos dignidade

mínimos e jornada de trabalho de seis horas, de segunda à sexta-feira; o PL 273/2011, que responsabiliza as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente e as obriga a lavarem os uniformes de seus empregados; o PL 985/211, que revoga dispositivo da Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte, para isentar o empregado de participação nos custos desse benefício; e o PL 1362/2011, que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, instituindo, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, o auxílio-temporário a ser concedido a mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Participaram da mesa de abertura do 9º Congresso de Trabalhadores Guiomar Vidor, Presidente da Fecosul; Rosane Simon, 2º Vice Presidente

da União Geral dos Trabalhadores (UGT); José Francisco Pantoja Pereira, Diretor de Assuntos Legislativos da CNTC e Presidente da Federação dos Comerciarías do Pará e do Amapá (Fecomercio-PA); Edison Costa Marques, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural e Artística (Fitedeca); e Heitor Schuch, Deputado do PSB.



Rosane Simon



CNTC forte, Federações ainda mais fortes

Presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, a Fecomerciarías, um gigante que representa 66 Sindicatos de Comerciarías e de Práticos de Farmácia e 2 milhões de trabalhadores, Luiz Carlos Motta é paulista de Tupã e dirige a maior entidade profissional do gênero da América Latina. Liderança ascendente no sindicalismo brasileiro, é Tesoureiro da Força Sindical e Diretor-Tesoureiro da CNTC. Com ampla experiência em administração financeira, assumiu o cargo em fevereiro com o desafio de modernizar a estrutura tecno-financeira e de administração de pessoal da Confederação.

A nova administração da CNTC surgiu da necessidade de preparar a entidade para um posicionamento mais profissional dentro de um mercado de trabalho mais dinâmico e em franca ascensão. Quais os desafios nesse novo quadro?

Quando a nova Diretoria da CNTC foi eleita, em 28 de fevereiro deste ano, iniciou-se uma nova era administrativa na entidade. A mim, foi confiado o cargo de Tesoureiro. Sob a liderança do Presidente Levi Fernandes Pinto, e com o consenso dos meus demais pares de Diretoria, o setor já apresenta algumas mudanças que se revelaram necessárias

objetivo de agrupar quatro áreas afins cujo resultado final das suas respectivas ações, certamente, vai levar a encaminhamentos organizacionais e gerenciais mais eficientes à estrutura administrativa da CNTC.

Essa reformulação implica também em maior interação com as Federações filiadas. Qual o papel a elas reservado nesse processo?

Acompanha esta reformulação departamental todo um trabalho de planejamento a ser executado nos próximos quatro anos, sempre fiel ao diálogo com os demais Diretores. Tamaña readequação confere, mais uma vez, um ineditismo à CNTC que, com base em mais de 60 décadas de lutas de lutas e conquistas, promove remodelações internas que vão encontrar ressonância em toda sua base territorial composta por seus 12 milhões de Comerciarías. Compomos a categoria mais organizada e a que mais cresce no Brasil. Detemos forte poder de mobilização nacional, influência decisiva na economia e firme presença nas lutas políticas e cidadãs em cada uma das regiões onde estão instaladas nossas filiadas e seus 813 sindicatos filiados. E o elo entre redistribuição administrativa interna, no caso à Tesouraria, e as ações sindicais e trabalhistas da CNTC está no reconhecimento da nossa Diretoria de que segue o seguinte lema: Confederação

forte significa Federações ainda mais fortes para contribuir com as atividades das nossas filiadas em nome das causas comerciárias e promovendo uma gestão proativa e viável.

Profissionalizar essa estrutura implica também em promover mudanças internas. Qual o ritmo delas?

Estamos procedendo a gradativa contratação de profissionais especializados nas áreas contábil, financeira, patrimonial e de pessoal. Ressalto que os efeitos desses avanços administrativos aliados àqueles já propagados pelo Presidente Levi, como as contratações de profissionais em Comunicação, aproximam, a cada dia desta nova gestão, a CNTC do cumprimento do seu principal objetivo interno: oferecer um atendimento excelente e eficaz às nossas combativas federações filiadas.

O momento político é favorável ao movimento sindical?

O Brasil ficou descolado da crise dos países europeus, como já havia ocorrido antes, em 2007, com a quebra dos bancos norte-americanos decorrente da questão do sub-prime. Vivemos hoje uma nova crise, que desta vez atingiu em cheio o emprego nos países europeus, com o fechamento de 50 milhões de vagas. É uma tragédia. No Brasil, ao contrário, foram criados 8 milhões de empregos desde

2007 de acordo com dados da OIT, a Organização Internacional do Trabalho, que ressaltou a excelência da política econômica brasileira. Estamos quase em regime de pleno emprego, o que não quer dizer que não temos com o que nos preocupar. Ao contrário, temos enfrentado negociações difíceis com a classe patronal, mas a conjuntura nacional é benéfica neste momento. Estamos, ainda, em pleno processo de regulamentação da nossa categoria de Comerciarías, pela qual lutamos muito. É um momento favorável para este novo posicionamento da CNTC. Percebemos, ainda, uma sinalização de todos os setores

“Compomos a categoria mais organizada e a que mais cresce no Brasil. Detemos forte poder de mobilização nacional e influência decisiva na economia”

para aprimorar o atendimento da nossa Confederação junto às suas 30 Federações. Neste primeiro momento, anuncio que a Tesouraria da CNTC promoveu uma importante e estratégica recomposição. Agora, o setor reúne as áreas contábil, financeira, patrimonial e as tarefas relacionadas ao departamento pessoal. As inovações têm o

“Temos um novo Ministro do Trabalho, Brizola Neto, com uma história política ligada ao Trabalhismo. É, sem dúvida, um momento positivo o que vivemos hoje.”

do Governo Federal de que a base constitucional do sindicalismo brasileiro, a da unicidade sindical e da contribuição sindical, deve ser mantida. Temos um novo Ministro do Trabalho, Brizola Neto, com uma história política ligada ao Trabalhismo. É, sem dúvida, um momento positivo o que vivemos hoje.

Pernambuco, apontado como novo oásis do emprego no Brasil, com a expansão da indústria e do pólo de Suape, vive um quadro preocupante no comércio, com o aumento de rescisões trabalhistas feitas pela Feconestes. O fenômeno aponta para dois caminhos: retração ou migração do comércio para os empregos da indústria e da construção civil.

Pernambuco: Pleno Emprego ou Utopia?

*Valmir de Almeida Lima

O que se observa na Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Norte e do Nordeste – Feconeste – é justamente o contrário do que é defendido pelo “Pleno Emprego”. A entidade, sediada na Avenida Mario Melo, em Recife, é testemunha de centenas de trabalhadores no comércio de bens e serviços que comparecem semanalmente com o objetivo de homologar suas rescisões contratuais. Nunca ocorreu, anteriormente, tamanho volume de homologações como agora. Aqui não se observa o tão decantado “Pleno Emprego no Estado de Pernambuco”. Uma realidade que contradiz o que se publica em toda a imprensa do Estado.

O volume infelizmente muito grande de homologações superlota

o expediente da Federação todos os dias da semana. Devido a essa demanda foi preciso deslocar o contingente de trabalhadores para o auditório, com melhores instalações e com capacidade para cem pessoas. Ou está ocorrendo uma migração do trabalhador do comércio para as oportunidades que se divulgam nas indústrias em implantação ou o pleno emprego é apenas uma falácia.

Torna-se ainda mais intrigante constatar que a maior parte dos trabalhadores que solicita os serviços da Federação já possui mais de um ano de carteira assinada, uma vez que não está se levando em consideração os trabalhadores com menos de um ano de serviço e que são em números muito maiores. Pois é sabido que o rodízio de trabalhadores no comércio sempre foi muito grande.



Outro ponto em destaque é o fato de que todos os Sindicatos de Trabalhadores do Recife e Região Metropolitana também fazem homologação, não apenas a Federação. Além da própria SRT-Superintendência Regional do Trabalho, que vem atuando com seu setor de homologação superlotado.

Fica o questionamento para reflexão: onde está o Pleno Emprego tão decantado? A resposta, deixamos para os sociólogos e economistas explicarem tal fenômeno, pois o que vemos na prática é muito preocupante.

*Valmir de Almeida Lima é Presidente da Feconeste e Vice-Presidente da CNTC

Foto Fecomercários



Fecomercários doa 66 Doblò para Filiados

A Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercários) deu um grande presente para os Sincomercários e Sinprafarmas Filiados: 66 veículos Doblò Adventure OKm, um para cada entidade, para encerrar as comemorações do 1º de Maio. Os veículos serão utilizados para dinamizar e ampliar as ações dos Sindicatos. A solenidade de entrega das Doblò foi no dia 9 de maio na Estância Alto da Serra, em São Bernardo do Campo, com a presença do presidente da Federação, Luiz Carlos Motta (foto), de toda a Diretoria e dos presidentes dos Sindicatos Filiados. Para Motta, a doação das Doblò é um novo instrumento de mobilização e de luta dos Sindicatos. “Os veículos vão melhorar a mobilização dos líderes sindicais tanto em suas bases territoriais como em todo o Estado, já que o multi-utilitário transporta até seis pessoas”.



SGAS 902 Sul - Bloco C
Brasília - DF
Fone: (61) 3214-8000
Fax: (61) 3214-8006/8007
eventos@cntc.com.br

www.cet.cntc.com.br



Referência em infraestrutura para pequenos, médios e grandes eventos em Brasília